

O inconsciente além da Psicanálise
The unconscious beyond Psychoanalysis
El inconsciente alem de la Psicoanálise

Lívia Gomes Santos¹

¹ Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil. E-mail: liviagomess@hotmail.com

Resumo: Buscamos demonstrar neste artigo a existência de uma vasta história do inconsciente que não inclui as produções psicanalíticas. Apontamos algumas das formas como ele foi tratado na filosofia, na obra dos filósofos Leibniz, Kant, Hegel, Herbart, Schelling, Hegel e Schopenhauer; na Psicologia Experimental, a partir dos trabalhos de Fechner, Wundt e Pavlov; e também em autores posteriores ao início da psicanálise, mas que não usam os pressupostos dela, tais como Vigotski, Bakhtin, e na Psicologia Cognitiva. Com isso, esperamos ter contribuído para a desmistificação de que um conceito pertence exclusivamente a uma teoria e que a história do inconsciente é muito anterior e mais vasta do que a história da Psicanálise, e igualar os dois é o mesmo que ignorar uma série de contribuições e avanços de outras áreas do conhecimento.

Palavras-chave: inconsciente; história; história da Psicologia.

Abstract: We demonstrate there is a vast history of the unconscious that does not include the psychoanalytic productions. This concept is in philosophy, in the work of Leibniz, Kant, Hegel, Herbart, Schelling, Hegel and Schopenhauer; in Experimental Psychology, in the authors Fechner, Wundt and Pavlov; and in authors most recent, like Vygotsky, Bakhtin and Cognitive Psychology. With this, we hope to have contributed to the demystification that a concept belongs exclusively to a theory and demonstrate that the history of the unconscious is much older and wider than the history of psychoanalysis and match the two is the same as ignoring a series of contributions and advances in other areas of knowledge.

Keywords: unconscious; history; Psychology history.

Resumen: Intentamos demostrar en esto artigo la existencia de una gran historia del inconsciente que no incluíd las producciones psicoanalíticas. Apuntamos algunas de las formas que esto concepto fue tratado en la filosofía, en la obra de los filósofos Leibniz, Kant, Hegel, Herbart, Schelling, Hegel y Schopenhauer; en la psicología Experimental, en los trabajos de trabalhos de Fechner, Wundt y Pavlov; y en autores posteriores a la psicoanalices pero que no utilizaron sus presupuestos: Vigotski, Bakhtin e en la Psicología Cognitiva. Con eso intentamos demostrar que la historia del inconsciente es anterior y más grande que los presupuestos psicoanalíticos.

Palabras-chave: inconsciente; historia; historia da Psicologia.

1 INTRODUÇÃO¹

Em 1885, Freud era um jovem médico que trabalhava principalmente com jovens mulheres que tinham paralisias, cegueiras, alucinações e outros sintomas que não tinham uma causa física aparente: eram histéricas. A obra “A Interpretação dos Sonhos”, tomada como o marco da Psicanálise, levaria 15 anos para ser publicada. Os “Estudos sobre a histeria” seriam publicados dali a dez anos, mesmo ano em que Freud escreveria o “Projeto para uma Psicologia científica”. Freud era ainda um ilustre desconhecido; um aluno brilhante, talvez reconhecido entre seus colegas de estudo e trabalho, mas ainda muito distante da fama que alcançaria anos depois.

Nesse mesmo ano de 1885, no Brasil, ainda uma monarquia escravista, Machado de Assis, que já era um conhecido crítico e literário, publicou na Gazeta de Notícias o conto “O Cônego, ou Metafísica do Estilo”. Nele, o autor convida seus leitores a uma viagem na cabeça de um cônego que é convidado a fazer um sermão. Em determinado momento do caminho, o narrador indica aos viajantes que é necessário passar para um outro caminho, que vai da consciência à inconsciência; no inconsciente estaria uma vida sem forma, repleta de rudimentos e sentimentos e onde se dariam as elaborações da ideia (ASSIS, 1994).

Machado de Assis é um dos incontáveis exemplos que demonstram que, longe de ser algo absolutamente novo no fim do século XIX, as discussões sobre o inconsciente faziam parte de um *Zheitgeist* comum a essa época, muito forte na Alemanha e que se espalhou pela Europa e chegou até as Américas, principalmente entre os intelectuais. Ou seja, ao contrário do que usualmente é apontado, o inconsciente não é uma descoberta da Psicanálise: é uma categoria do psiquismo passível de explicar determinadas características do funcionamento psíquico e que, se não compreendemos sua origem e desenvolvimento, podemos cair na tentação de utilizá-lo para explicar a realidade da qual foi originado. Tampouco pode-se creditar a ela o fim definitivo deste conceito: existem diversas outras explicações não psicanalistas que buscam explicar os aspectos não conscientes do psiquismo humano.

¹ Este artigo é parte integrante da tese da autora, cujo título é “Inconsciente: uma análise desde a Psicologia de Vigotski”, pesquisa que contou com o auxílio financeiro da CAPES.

Igualar a história do inconsciente à história da Psicanálise é ignorar uma vasta produção do conhecimento humano que existe desde os primórdios da filosofia e prossegue até os avanços mais recentes da neurofisiologia moderna. Por isso, nosso objetivo é resgatar parte dessa história.

Para isso, dividiremos este estudo em quatro partes: os motivos que levaram à emergência do conceito de inconsciente tal como o concebemos hoje; o inconsciente em produções filosóficas anteriores ao estabelecimento da Psicologia como ciência independente; o inconsciente nas investigações experimentais; teorias contemporâneas e/ou influenciadas pela obra de Freud, mas que de alguma forma a negaram; e algumas investigações mais recentes.

2 A HISTÓRIA DO INCONSCIENTE E O INCONSCIENTE NA HISTÓRIA

O primeiro aspecto a se considerar ao analisar a história de determinado conceito é que

[...] a compreensão histórica do fenômeno psicológico humano é justamente a compreensão de suas transformações, ocorridas no fluxo do tempo, através das relações de mediação entre seus múltiplos fatores e que dão a dinâmica da realidade psicológica. Em outras palavras, a dimensão histórica não pode ser apreendida isoladamente, é ela antes a possibilidade de captar a dinâmica do movimento produzido pelas relações entre as várias determinações que se fazem presentes na psicologia do homem. (ANTUNES, 1989, p. 31).

Ou seja, se estamos nos propondo a realizar uma análise acerca da história do inconsciente, o primeiro aspecto a ser considerado são as condições materiais que possibilitaram que este passasse a ser um tema de interesse para diferentes autores. As teorias nunca são descoladas do contexto no qual foram produzidas; ou seja, a história do inconsciente (os diferentes autores e teorias) é indissociável do inconsciente na história, ou seja, como as condições concretas de existência são mediadoras na construção de determinado fenômeno e também das explicações deles.

São as profundas transformações nas relações, decorrentes da passagem para o modo de produção capitalista, que levam a uma modificação tanto da forma de estar no mundo quanto das teorias que buscam explicar o

humano, suas propriedades e características. Nesse processo, o conceito de inconsciente passa a ter destaque na explicação do funcionamento psíquico. Para compreender as condições que possibilitaram o surgimento dessa nova forma de ser no mundo e, principalmente, de como ela possibilitou a emergência do conceito de inconsciente de forma sistematizada, é importante que nos detenhamos na explicação do contexto no qual isso se deu.

Por isso, a história do inconsciente seria, para dizer o mínimo, incompleta sem analisarmos as condições materiais que possibilitaram a emergência dele como elemento explicativo do psiquismo humano; para isso, tomamos como ponto de partida a emergência do Capitalismo como Modo de Produção.

Wood (2001) nos aponta que as transformações nas relações de produção que ocorreram na Inglaterra no século XVII serviram de base para o desenvolvimento do capitalismo industrial inglês e, mais do que isso, para o desenvolvimento de um mercado emergente na Inglaterra que compeliram outros países a realizarem seu desenvolvimento econômico em direção ao capitalismo. Grosso modo, podemos afirmar que o princípio dessas transformações se deu com o desenvolvimento de um ambiente competitivo, no qual produtores passaram a se transformar em grandes fazendeiros e a expulsar os produtores menores que, quando expropriados, passaram a constituir-se como trabalhadores assalariados. Entretanto o aumento gradativo dos expropriados fez também com que crescesse a pressão por produtividade, levando ao desenvolvimento de uma agricultura altamente produtiva e capaz de sustentar uma grande população não dedicada à agricultura. Esse fenômeno também fez com que as relações comunitárias, muito comuns e intensas anteriormente, fossem gradativamente se desfazendo.

Portanto há, na Inglaterra no século XVII, elementos que são importantes para a compreensão do surgimento do novo homem: os sujeitos que perdem o apoio da coletividade do qual fazem parte e devem esforçar-se por si mesmo para ser um dos trabalhadores assalariados, o que dá espaço cada vez maior para a competitividade e a individualidade; o germe da luta de classes tal como se configura atualmente, na qual o trabalho da maioria é apropriado por uma minoria, que é também aquela que cria as leis e as regras às quais os trabalhadores devem se submeter; a transformação

do trabalho, que passa a ter no dinheiro um mediador fundamental; e a criação de um mercado consumidor, que vai ser fundamental para a consolidação do capitalismo. Outro fator importante que vai ser diretamente refletido na configuração da nova subjetividade é a forma como as trocas são reorganizadas e que suscita desconfiança generalizada decorrente do receio de que se saia perdendo neste comércio, condições que reforçam o desenvolvimento de uma forma de ser individualista competitiva. Esse é também um dos fatores no desenvolvimento da concepção de que os interesses individuais se sobrepõem aos coletivos.

Mas não era só a Inglaterra que passava por modificações nesse período. Uma série de acontecimentos transformava gradativamente a Europa. As grandes navegações modificaram enormemente as relações econômicas ao inserir no mercado uma enorme quantidade de ouro que fora saqueado nas colônias; e também provocaram uma enorme modificação cultural ao trazer novas formas de ser e de compreender a realidade. As cidades europeias se tornavam cada vez mais habitadas e se transformavam em centros verdadeiramente caóticos. Uma série de avanços tecnológicos também foi decisivo na modificação e consolidação dessa nova forma de ser; destacamos entre eles a invenção da imprensa, que tinha se dado menos de um século antes e que contribuiu para o processo de individuação.

O desenvolvimento da individualidade caminhou *pari passu* ao exercício da privacidade. A valorização do privado tornava cada vez mais comuns diários e autobiografias; a valorização do espaço particular em detrimento do público e das relações íntimas a despeito das coletivas levou também a uma valorização do monólogo interior no lugar da conversação. A individualização leva também ao desenvolvimento de sofrimentos íntimos, pois impõe a imagem de si como fonte de constante insatisfação e o olhar do outro como regulador das ações.

Resumidamente, esse era o contexto europeu em torno da terceira década do século XVII: o capitalismo nascente, as grandes navegações, a imprensa. O homem tomado como centro do universo, cujas emoções e vivências individuais passam a ser valorizadas e compreendidas como únicas e hipervalorizadas. O aumento das cidades e dos habitantes nas cidades, a intensificação do trabalho assalariado e da competitividade, a crescente

polarização na luta de classes, a perda da coletividade como referência. As artes anunciam essa nova forma de ser, e o Renascimento é o modelo fundamental desse novo homem. É nesse contexto que Descartes escreve e publica as suas obras, que usualmente são apontadas como marco que inaugura o homem capitalista. Descartes põe o humano no centro epistêmico ao indicar que é a razão que garante a existência e, com isso, inicia uma tradição que faz do sujeito o ponto de partida epistemológico. Essa nova forma de ser é fundamental para a compreensão do humano no capitalismo: um ser cujo conhecimento advém da descoberta, e não da revelação e, por isso, a verdade está disponível a qualquer um, basta que se baseiem nos métodos corretos de investigação. Se não há mais escolhidos, a todos está igualmente (e isoladamente) disponível o conhecimento de todas as coisas. Entretanto também está presente, na obra de Descartes, uma cisão do ser humano: de um lado o homem racional, cujo ato de pensar garante a própria existência; mas de outro, o ser imperfeito, passível de erros (talvez pela ação do gênio maligno), o ser da subjetividade. Se o conhecimento não advém de um ser superior, ele não pode ser simplesmente revelado, deve ser descoberto; e portanto ele não deve ser aceito, deve ser questionado. Descartes desenvolve uma obra que apresenta um homem cindido, dividido entre a razão, fonte de todo conhecimento, e a emoção, porta de abertura para os erros; um sujeito que é o centro do conhecimento e que deve utilizar um método que prove que seu conhecimento não é meramente fruto de sua subjetividade e de suas paixões.

Descartes não falou sobre o inconsciente. Pelo contrário, a forma como coloca a razão como imperadora de toda a existência não deixa lugar para qualquer elemento que possa escapar de seus domínios; mas, ao colocar o homem como sujeito epistemológico principal, Descartes abre espaço para considerar que a ausência ou impossibilidade do conhecimento também está no próprio homem.

É justamente essa forma de compreender a razão que se constitui como a base da crítica de outro autor desse mesmo contexto histórico e que vai abrir as portas da filosofia moderna à noção de inconsciente: Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), filósofo, matemático, jurista, bibliotecário e político alemão.

3 O INCONSCIENTE NA FILOSOFIA

A obra de Leibniz abre as portas da Filosofia Moderna para o inconsciente por meio da teoria das “pequenas percepções” ou “percepções insensíveis”, o que se trata de percepções que escapam à consciência, mas que, ainda assim, afetam o indivíduo. No aforismo XIV de “Princípios da Filosofia ou a Monadologia” Leibniz (2013) afirma que

O estado transitório que envolve e representa uma multiplicidade na unidade, ou na substância simples, outra coisa não é senão o que se denomina Percepção, que se deve distinguir da apercepção ou da consciência, como adiante se verá. Nisto é que os cartesianos se equivocaram ao desconsiderarem as percepções que não são apercebidas.

Para Leibniz, ao ouvir o barulho das ondas do mar quebrando na praia, por exemplo, ouvimos um todo uniforme, como se tratasse de um único estímulo; entretanto, esse barulho é resultado da junção de incontáveis mônadas, cuja percepção individual escapa à nossa consciência: cada uma delas são pequenas percepções que, para se tornarem conscientes, precisam ter uma intensidade mínima (provocada pela junção de diversas delas) e ser foco da atenção – afinal, em o atrativo da novidade os estímulos são deixados de lado. Entretanto, ainda que não se tornem conscientes, as pequenas percepções afetam o indivíduo e produzem inquietações, que são alguma coisa que “diferem da dor apenas como o pequeno difere do grande, inquietação que constitui muitas vezes o nosso desejo e o nosso prazer, dando a estes, por assim dizer, um sal picante” (LEIBNIZ, 1984, p. 9). Ou seja, o desejo e o prazer são constituídos por uma série de pequenas percepções das quais não temos consciência, mas que nos movem em determinada direção.

A tradição inaugurada por Leibniz de considerar a existência de elementos que escapam à consciência e conteúdos dos quais não temos conhecimento, mas que estão na base dos nossos desejos, é seguida por um dos grandes nomes da filosofia moderna: Immanuel Kant (1724-1804). Em sua produção filosófica, em mais de um momento, Kant indica a existência de duas espécies de representações: as que somos conscientes e as que não somos conscientes, sendo que essas últimas denomina também de representações obscuras:

*Ter representações e, contudo, não ser consciente delas, nisso parece haver uma contradição, pois como podemos saber que as temos se delas não somos conscientes? Essa objeção já fez Locke, que também por isso rejeitou a existência de semelhante espécie de representações. – No entanto, podemos ser *mediatamente* conscientes de ter uma representação, mesmo que não sejamos imediatamente conscientes dela. – Tais representações se chamam então *obscuras...* (KANT, 2006, p. 35, grifos no original).*

Fazem parte das representações obscuras todos os conhecimentos, as representações presentes na memória e também representações que só podem ser vistas pelos microscópios ou pelos telescópios; para eles, esses instrumentos só servem para aumentar ou aproximar algo que chega até nós, e por isso podem ser consideradas como representações, mas que não distinguimos por sua pequenez, por isso são obscuras.

Além disso, Kant insere também no inconsciente aqueles elementos que foram vividos e que, por algum momento, deixaram de ser conscientes, ainda que permaneçam presentes sob a forma de representações obscuras. Ou seja, aponta uma relação do inconsciente com o esquecido.

Essas representações obscuras também são as responsáveis pelas primeiras impressões, por aquelas sensações de que algo ou alguém tem determinada característica; trata-se de uma espécie de juízo provisório, imediato e sem o controle do entendimento que se faz a respeito de determinado aspecto. Nessa direção, Kant (2006) aponta ainda que o entendimento não pode evitar a impressão que é causada por uma representação obscura; pode, no máximo, corrigir o juízo. É necessário explicitar que Kant afirma que o que é obscuro pode converter-se em conceitos claros.

Um contemporâneo de Kant, Johan Friedrich Herbart (1776-1841), inclui nas discussões acerca do inconsciente elementos advindos da mecânica, que então ganhava grande força e importância no pensamento ocidental.

Sobre o inconsciente, Herbart afirmava que existem representações na consciência que não são percebidas enquanto tais por não serem ligadas ao eu; e também representações que estão fora do limite da consciência. Essas últimas são atos mentais que não se constituem como representações, mas tendências ou aspirações a se formar percepções determinadas. Herbart aprofunda a explicação dada por Leibniz, que, como vimos, indicava

a existência de percepções que estão fora da consciência, mas seguindo o impacto que o mecanicismo fez em seus dias desenvolveu uma explicação desse processo que considera diferentes forças em constante luta para permanecer na consciência.

Herbart desenvolve uma explicação de dinâmica psíquica dividida em três instâncias: a consciência, na qual estão as representações mais atuais e as imagens a elas associadas; o limiar da consciência, no qual estão as representações que podem tornar-se consciente tão logo seja voltado o foco sobre elas e o inconsciente, que se tratam daquelas imagens que foram expulsas da consciência e que só podem voltar a tornar-se conscientes quando se formarem novos nexos e associações que tornem a representação inconsciente necessária ou passível de tornar-se consciente.

Há entre esses três aspectos um constante movimento, e as representações passam de um a outro campo; entretanto essa passagem não é simples: Herbart introduz o conceito de conflito na relação entre consciência e inconsciente ao afirmar que as diferentes representações lutam para permanecer no campo da consciência. Essa dinâmica seria análoga aos movimentos físicos e, mais do que isso, poderia ser expresso em fórmulas matemáticas.

À época que Herbart formulou suas concepções, o inconsciente já estava presente em diferentes concepções e compreensões acerca do funcionamento psíquico de tal forma que surge e se fortalece um movimento filosófico, político e artístico que tem o inconsciente como um de seus princípios fundamentais: o Romantismo. São diversos os autores dessa escola e, em comum existe, entre outros fatores, a compreensão do inconsciente como um certo princípio cósmico, inerente a todo ser e que seria uma denúncia de nossa verdadeira essência. Um dos autores desse movimento e que é passível de representa-lo é o filósofo Wilhelm Joseph von Schelling (1775-1854).

Schelling desenvolve uma filosofia da natureza na qual o mundo é tratado como um organismo vivo que tende “ao desenvolvimento, à organização, à homogeneização, à supressão das oposições e descontinuidades – é o reino do Um e da Totalidade” (LOUREIRO, 2000, p. 46). Para Schelling, a natureza possui um princípio criador próprio e exterior ao Eu que identifica-

-se como o espírito; este possui uma inteligência inconsciente que opera em seu interior e quem ao se desenvolver, demonstra a finalidade intrínseca e estrutural que possui. Neste processo, espírito e natureza não se opõem, são apenas desdobramentos distintos de um mesmo absoluto, no qual encontram o seu fundamento último. Entretanto, é apenas no sujeito que o espírito vital da natureza, ou o absoluto, adquire consciência de si.

O mundo é algo que se desprende do absoluto, mas aspira a uma reincorporação a este por meio da evolução da natureza e do desenvolvimento histórico. Nessa direção, a tarefa da filosofia seria justamente explicar qual é o processo de volta ao absoluto o que só é possível pela consciência, disponível apenas no Eu, de que o Espírito faz parte deste todo. Ou seja, no eu o espírito toma consciência de si, e é esse processo que permite uma reincorporação ao absoluto, reincorporação que se dará em uma espécie de retorno ao natural. Para Schelling, a maior via de acesso ao absoluto não é a filosofia: é a arte, na qual todas as oposições são anuladas e se exprime, da forma mais pura e completa, a identidade dos contrários que caracteriza o absoluto. Isso porque a vivência estética permite a compreensão da unidade básica do consciente e do inconsciente e do real e do ideal. O artista sabe o que está fazendo ao produzir; mas há também uma atividade inconsciente que o artista não percebe. Trata-se de uma força superior que o domina e que é o próprio absoluto. O poder que atua no artista e na natureza é o mesmo, mas enquanto na natureza o espírito faz sua obra inconscientemente, o artista elabora conscientemente a obra de arte, demonstrando a unidade antes mencionada.

Também Hegel (2001), em sua filosofia, aborda o inconsciente. Para ele a história é o desenrolar do absoluto. O absoluto é o em si, o ponto de partida de toda a realidade. Ele é estático, indeterminado e incognoscível. Ele é também inconsciente e inicia um processo cujo objetivo é desvelar-se a si mesmo: em Hegel a realidade é o espírito humano rumo ao seu próprio conhecimento, do conhecimento da sua própria realidade e concretude. Mas ele só pode fazer isso quando sai de si mesmo e se move em direção ao seu oposto, o para si: por sua própria dinâmica interior, a ideia dá origem a tudo o que existe e que se trata da negação de si mesmo. O para si é, ao mesmo tempo, duplicação e negação do espírito absoluto, uma operação

negativa que atribui realidade ao em si. Ao negar-se a si mesmo, surge o novo: um conhecimento que não existia antes que o absoluto saísse de si mesmo. Assim, a realidade é a complexa trama de contradições que, por se tratar de um processo de autoconhecimento do espírito, vai ser desvelada quando o absoluto tomar plena consciência de si mesmo. Portanto a história hegeliana é o desenvolvimento do espírito no tempo, e a humanidade não faz a história, apenas a executa.

Nesse processo, qualquer momento, por mais singular e até mesmo insignificante que possa parecer, é um momento da ação do absoluto e, por isso, é absolutamente racional e faz parte da totalidade. Os seres humanos realizam ações sem que se saibam os motivos pelos quais as fizeram; mas elas fazem parte do absoluto e, portanto, são racionais: os motivos são inconscientes, mas carregam em si a possibilidade de sua tomada de consciência, o que se dará somente quando as consequências de suas ações foram conhecidas. Isso possibilitará depreender a razão implícita nos movimentos realizados e, por isso, que se poderá ter consciência dos motivos reais que os impulsionaram. A razão, que é a essência do absoluto, põe a paixão dos sujeitos individuais aos seus serviços, ou seja, o espírito manifesta-se nos humanos como uma força, um desejo por vezes inexplicável, mas que o direciona a fazer aquilo que possibilitará ao espírito o conhecimento de si. Em especial os grandes homens da história, aqueles que decidem o seu curso,

[...] contêm o substancial, a vontade do espírito universal. Semelhante conteúdo é o seu verdadeiro poder; reside no instinto universal inconsciente dos homens. Estes sentem-se interiormente compelidos e não têm nenhum outro apoio para resistir àquele que empreendeu a execução de semelhante fim em seu interesse. (HEGEL, 2001, p. 80).

É, portanto, o desejo que move o ser humano; aliás, é pelo desejo que ele se tornou humano, é o que permitiu a passagem do natural para o cultural e que possibilitou que o espírito se realizasse na consciência. Entretanto este desejo não é consciente; por se tratar de uma manifestação do espírito universal, ele aparece apenas como uma marca ou um direcionamento a determinada ação.

Contemporâneo a Hegel, mas em oposição radical a ele, Arthur Schopenhauer desenvolveu uma filosofia que deslegitima toda a razão e a

coloca como instrumento de uma vontade cega, irracional e inconsciente. Schopenhauer afirma que é a Vontade que ocupa o espaço do ser em si, a vontade é o que há de mais primário, a base sobre a qual se desenvolve todas as coisas, o que existia antes de existir a própria realidade e inclusive a razão. O desejo é inconsciente porque é manifestação da Vontade, que no humano alcança o grau máximo da objetivação: é quando a Vontade pode criar uma realidade como representação de si própria. Ou seja, a objetivação da vontade no humano permite o desenvolvimento de um complexo sistema que continua servindo aos desígnios da Vontade, mas que agora pode oferecer explicações e racionalizações dela. Dessa forma, a realidade é na verdade um conjunto de aparências, percepções, representações no plano do sensível daquilo que existe em si mesmo como Vontade. Ora, se a razão, o intelecto e todas as suas derivações são manifestações tardias, é necessário que consideremos que, na base de cada pensamento, de cada palavra, de cada ação, está a própria Vontade, está o querer. Não existe um pensamento ou uma razão puros, destituídos de interesse: o conhecimento está íntima e indissociavelmente ligado ao querer.

Para Schopenhauer, por ser o grau máximo de objetivação da vontade, o corpo exprime o puro querer: é nele que a vontade pode expressar sua insatisfação, seus desejos, sua essência. A vontade direciona o corpo para os objetos; mas, justamente por ser em si, não tem um objeto definido: ela é e sempre vai ser absoluta e

[...] toda satisfação é aparente e o objeto alcançado jamais cumpre o que a cobiça prometia, a saber, o apaziguamento final do furioso ímpeto da Vontade; mais, pela satisfação do desejo apenas muda a sua figura, que agora, o atormenta sob outra forma, sim, ao término, se todos os desejos se esgotam, resta o ímpeto mesmo da Vontade sem nenhum motivo aparente, a dar sinal de si como tormento incurável, horrível desolação e vazio. Tudo o que, em se tratando de um grau comum de querer é sentido apenas numa medida modesta, produzindo também apenas um grau comum de disposição turvada, desperta, porém, na pessoa cujo fenômeno da Vontade atinge a crueldade extrema, necessariamente um tormento interior que vai além de toda medida, uma intranqüilidade eterna, uma dor incurável. (SCHOPENHAUER, 2005, p. 464).

Há uma íntima relação entre a Vontade e a sexualidade: o que a Vontade mais quer é precisamente a vida, o querer viver, a preservação e a perpetuação da espécie e, como no humano a vontade alcança seu grau máximo de objetificação, é nele que a sexualidade deve ser mais intensa e, por isso, guiaria absolutamente todas as esferas da vida. Para Schopenhauer, não existe qualquer tipo de sentimento que não esteja ligado à sexualidade; acontece que, como no humano também existe a representação, essa vontade primária e original é disfarçada sob a forma de conteúdos culturais que mascaram os desígnios verdadeiros da Vontade. Na verdade, toda a linguagem e toda a cultura gira em torno dessa sexualidade, normalmente tendo por objetivo ocultar ou distorcer a verdadeira essência do ser.

O homem de Schopenhauer é, irremediavelmente, um instrumento da Vontade. Mas ainda que o intelecto seja sempre subordinado à Vontade, é possível que ele desenvolva meios de desviar os instintos dela para outros objetos, é possível que ele crie outras formas de manifestação dessa vontade.

Ainda que não sejam os únicos filósofos a abordarem o inconsciente, é necessário que continuemos nossa análise apontando como este conceito aparece na ciência experimental, paradigma que possibilitou o início da Psicologia como ciência independente.

4 INCONSCIENTE E CIÊNCIA EXPERIMENTAL

Seguindo a concepção de Leibniz de pequenas percepções, Fechner (1801-1887), primeiro fisiologista a realizar uma série de experimentos unindo fisiologia e psicologia, tinha por objetivo demonstrar a existência de estímulos que não ultrapassam o umbral da consciência. Por meio deles, demonstrou que um estímulo deve ser de uma determinada magnitude para alcançar a consciência; e também estabeleceu os conceitos de umbral absoluto e umbral relativo ou diferencial. Umbral absoluto, também chamado de umbral da consciência, é a magnitude física que um determinado estímulo deve ter para ser percebido. Já o umbral relativo é a grandeza necessária para que percebamos a modificação da intensidade do estímulo. Fechner desenvolveu fórmulas matemáticas que demonstravam essa equação e que trouxeram a possibilidade de materialização dos estudos do inconsciente.

Além disso, Fechner enunciou outros dois princípios que teriam enorme influência sobre a produção psicanalítica: o princípio do prazer e o princípio da tendência à estabilidade.

Discípulo de Fechner, Wundt também contribuiu para a compreensão do inconsciente. Em suas pesquisas iniciais sobre os aspectos inconscientes do psiquismo, Wundt apontava a existência de conteúdos que estão fora do foco da consciência, indisponíveis. Entretanto a atividade de tornar determinado conteúdo consciente possui um caráter dinâmico e plástico, ou seja, o fato de determinados conteúdos estarem conscientes não significa que assim permanecerão. É importante considerar também que não se trata meramente de uma ausência de consciência, mas de uma forma de organização dos processos psíquicos, que só chegam à consciência depois de um longo processo inconsciente. Mais do que mera qualidade de alguns processos, a atividade inconsciente é, para Wundt, uma “atividade latente e qualitativamente específica do cérebro, capaz de exercer, em condições determinadas, influência muito profunda no comportamento e nas formas complexas de adaptação” (BASSIN,1981, p. 10). O inconsciente é um dos fenômenos do psiquismo que não pode ser tratado apenas por meio de experiências: a cultura cria determinados produtos psíquicos que permanecem por gerações, e essa atemporalidade impede que sejam estudados por meio dos métodos experimentais. A existência dessa qualidade latente do cérebro pode ser investigada experimentalmente; mas a natureza dela – sua origem, organização, determinação, enfim, como fazem parte da vida psíquica – exige a análise por meio de outras técnicas, o que inclui estudos socioculturais (como a antropologia e a sociologia) e também produtos desse psiquismo (que vão desde os sonhos até produções objetivas como as artes).

Outra escola psicológica que abordou o inconsciente foi a reflexologia, principalmente a partir da obra de Ivan Petrovich Pavlov (1849-1936). Para compreender as explicações sobre o inconsciente para esta escola, é necessário que nos detenhamos nos seus pressupostos sobre a consciência. Para Pavlov (apud FREITAS JUNIOR, 1966), a consciência configura-se como a possibilidade de associar a coisa à representação dela. Os animais e as crianças mais novas têm a sua disposição apenas as imagens que permitem que elas estabeleçam os mecanismos reflexos que guiarão seu

comportamento. Esses mecanismos reflexos são o que Pavlov denomina o primeiro sistema de sinais, comuns aos animais e aos homens: trata-se do estabelecimento de condicionamentos, com base em emparelhamento de estímulos. O condicionamento pode se dar em formas complexas, bastando para isso que haja uma estrutura cerebral que receba o elemento exterior, para estabelecer-se a relação.

Entretanto há uma distinção no que tange ao comportamento humano: a linguagem. À medida que vão dominando as palavras, as crianças passam a denominar a realidade por meio da abstração e este processo possibilita a construção da consciência do ambiente circundante. Trata-se do Segundo Sistema de Sinalização:

O segundo sistema de sinalização, exclusivamente humano, constituído pela palavra em suas múltiplas variações e formas gramaticais, é uma abstração da realidade, e, como tal permite a sua análise não-imediata, e em crescentes graus de generalidade (conceitos abstratos). Ambos os sistemas [o primeiro e o segundo sistema de sinais] mantêm relações recíprocas, obedecendo às leis gerais do funcionamento da atividade nervosa superior, da qual são aspectos especiais. (FREITAS JUNIOR, 1966, p. 84, grifos no original).

A palavra representa algo que não está disponível ao sujeito e, por isso, possui a capacidade de conectar-se a conceitos gerais e independentes da experiência imediata. Ele constitui um sistema de sinais de segunda ordem e justamente “aquilo que permanece sem passar ao segundo sistema de sinais constituiria o inconsciente, no conceito pavloviano” (FREITAS JUNIOR, 1966, p. 85-6). Portanto a reflexologia afirma que o inconsciente caracteriza-se pela ausência de uma significação, de uma palavra que permitiria a abstração de um determinado conteúdo da realidade.

Todas as produções até agora apresentadas são anteriores e/ou contemporâneas à obra de Freud. Apresentaremos agora algumas das produções que foram influenciadas pela sua obra, ou ao menos que a utilizaram como ponto de partida para os seus pressupostos sobre o inconsciente.

5 O INCONSCIENTE PÓS-FREUDIANO

É notável a influência que a Psicanálise exerceu na cultura ocidental. A partir das obras de Freud, o inconsciente extrapolou as discussões acadêmicas e científicas e passou a fazer parte tanto das artes quanto das conversas cotidianas. O inconsciente foi levado para a clínica e para as ruas, e a psicologia passou a, quase indiscriminadamente, analisar os aspectos inconscientes do psiquismo – nem que fosse para refutá-los, as diferentes teorias passaram a ter que se pronunciar sobre o inconsciente.

Um desses autores foi o russo Lev Semionovich Vigotski. Este autor apontou as bases para uma psicologia que tem, como um dos pressupostos centrais, a cultura como constituinte das Funções Psicológicas Superiores e que metodologicamente deveria orientar-se pelos pressupostos da dialética. Normalmente apontado e estudado como um psicólogo defensor da consciência como objeto de estudo da Psicologia, ele nunca a igualou ao Psiquismo. Pelo contrário, indicava o caráter fragmentário e lacunar da consciência, o que faz com que o inconsciente se transforme em um conceito central da Psicologia, uma vez que

[...] permite preencher as lacunas da vida psíquica, estabelecer conexões causais que faltam, continuar a descrição dos fenômenos psíquicos para além da mente mas nos mesmos termos, considerando que a causa deve ter homogeneidade com a consequência, ou pelo menos estar na mesma linha da dela. (VIGOTSKI, 2004, p. 142).

Em Vigotski, existe uma intrínseca e visceral relação entre o inconsciente e a consciência; portanto só é possível compreendê-lo a partir da compreensão de sua concepção de consciência. Para ele, a consciência é semioticamente estruturada. É no significado da palavra que Vigotski encontra uma unidade de análise capaz de apreender o funcionamento psíquico: o significado. Significados são elementos semióticos capazes de explicar algum fenômeno da realidade; embora não se iguale à palavra, esta é capaz de representar o significado porque carrega os dois aspectos fundamentais que lhe são intrínsecos: o fato de que qualquer palavra sempre vai ter um correspondente na realidade. Ela, portanto, *significa* alguma coisa. Outro aspecto é o fato de ela ter sido construída historicamente e, portanto, trata-se de um produto do trabalho humano e, como qualquer produto,

tem uma função, uma possibilidade e uma série de alterações ao longo do tempo e, portanto, carregam relações e determinações que são socialmente determinadas e que sintetizam a forma como determinada coletividade se relaciona com aquele significado. Isso também faz com que, ao nascermos, sejamos inseridos em um mundo de significados pré-determinados e absolutamente independentes de minha existência.

O significado é relativamente estável e caracteriza-se por ser uma generalização de determinado aspecto da realidade. Nas relações cotidianas, os sujeitos particulares entram em relação com essas generalizações e criam uma relação com elas: trata-se do sentido.

O sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluída, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas uma das zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata. Como se sabe, em contextos diferentes a palavra muda facilmente de sentido. (VIGOTSKI, 2010, p. 465).

É esse binômio sentido-significado que constitui a consciência. Ora, o inconsciente é justamente a ausência dessa relação: naquelas situações em que o sentido é tão maior que o significado que não é possível convertê-los em palavras, em construções sociais capazes de explicar o sentido individual. Essa impossibilidade é decorrente de diversos fatores que não nos cabe aqui explicar, mas que interferem na forma como o sujeito se comporta e que caracteriza o inconsciente como sendo não verbal.

Outro autor que abordou a relação do inconsciente com a linguagem foi Bakhtin. Para ele, existe uma relação direta entre inconsciente e ideologia: o inconsciente é o resultado dos significados que não correspondem à compreensão dominante, mas que não deixam de existir e, portanto, de atuar na vida dos sujeitos particulares. Em sua análise da Psicanálise e, particularmente, com sua construção teórica sobre a ideologia, Bakhtin também nos indica caminhos para pensar como o inconsciente é social, contextual, determinado por características próprias de um dado contexto histórico; Bakhtin nos aponta também que o inconsciente não é necessariamente o senhor da vida psíquica e que uma vivência eminentemente inconsciente nos retira uma série de possibilidades que estão disponíveis como resul-

tados da produção humana. Na verdade, o inconsciente identificar-se-ia com os conteúdos não-oficiais da consciência. Para Bakhtin, o verdadeiro conflito psíquico está na realidade concreta, que é refletida na consciência dos sujeitos. O inconsciente observado por Freud, portanto, seriam as reações verbais que surgem na sessão psicanalítica e que vão contra aquelas valorações socialmente aceitas, enquanto a consciência reflete a ideologia oficial, criada, aceita e consagrada pela classe dominante. É uma moral facilmente exteriorizada, mas que muito pouco ou nada tem de verdadeiro para o sujeito que a verbaliza. Nessa direção,

[...] quanto mais amplo e mais profundo é o divórcio entre a consciência oficial e a não-oficial tanto mais dificuldade têm os motivos do discurso interior para passar ao discurso exterior (falado, escrito, impresso; no círculo social estreito e no amplo) e aí ganha forma, clareza e força. Tais motivos começam a definhar, a perder sua feição verbal e pouco a pouco se transformam em um ‘corpo estranho’ no psiquismo. Por essa via grupos inteiros de manifestações orgânicas podem ser desalojados dos limites do comportamento verbalizado, podem tornar-se *a-sociais*. Assim se amplia o campo do ‘animal’ no homem, do a-social nele. (BAKHTIN, 2009, p. 91, grifos no original).

O estudo do inconsciente na Psicologia tem ganhado cada vez mais espaço em teorias não-psicanalíticas. Nos últimos anos, o destaque pode ser dado para a Psicologia Cognitiva, que realiza estudos sobre as formas inconscientes de funcionamento e organização mental. Como indica Froufe, Sierra e Ruiz (2009, p. 01)

La mente humana (a nivel de su base física más directa, el cerebro) constituye un sistema cognitivo capaz de registrar, elaborar, almacenar, recuperar, utilizar y, en último término, verse afectado por gran cantidad y variedad de información, incluso de forma simultánea. Sin embargo, tenemos la impresión subjetiva de manejar sólo una pequeña fracción de esa información: aquella de la que tomamos conciencia, después de haberla sometido a numerosas operaciones de elaboración y transformación.

A quantidade de informações que temos disponível em nosso aparato cognitivo é muito superior àquelas que tomamos consciência em determinado momento. Em uma tomada de decisão, por exemplo, as informações que utilizamos para explicar o nosso comportamento não são todas as

que estiveram presentes no processo que culminou em dada escolha. Os autores acima citados denominam cognição sem consciência o suposto de que a mente humana maneja muito mais informações do que aquelas que chegam à consciência.

Na Psicologia Cognitiva, o principal aspecto analisado é a percepção inconsciente. Esse processo refere-se à capacidade que nosso sistema tem de captar informações do meio que, ainda que passem despercebidas pela consciência, são processadas e de forma inconsciente e influem no comportamento dos sujeitos. Alzate (2012) apresenta diversos estudos experimentais que colocam em evidência algumas características dos processos perceptuais inconscientes: (1) o processamento perceptual inconsciente tem uma influência maior que os conscientes; (2) o processamento de palavras percebidas inconscientemente tendem a ser codificadas com base nos seus significados ou semânticos, enquanto as conscientes tendem a ser com base na estrutura ou características superficiais; (3) no que tange às ações, aquelas que são pautadas por percepções inconscientes tendem a ser muito mais automáticas e sem o controle do indivíduo; (4) as percepções inconscientes tendem a não ser limitadas pelo contexto, enquanto as conscientes tendem a ser muito mais contextuais.

Entretanto a percepção não é o único aspecto do inconsciente analisado pela psicologia Cognitiva. Há também estudos relacionados à memória, à aprendizagem, ao pensamento, à emoção e à linguagem inconscientes. A síntese desses diversos estudos pode nos levar à compreensão de que o inconsciente é um sistema de processamento geral subjacente a todos os processos psicológicos básicos. Outra característica importante, destacada por Froufe, Sierra e Ruiz (2009), é o fato de que, enquanto o inconsciente psicanalítico é, fundamentalmente, afetivo-emocional, para a Psicologia Cognitiva se trata da ausência de processos e conteúdos cognitivos que, apesar disso, seguem operativos e têm incidência psicológicas mediante operações automáticas, o que leva também à consideração de que, enquanto a consciência é a base das ações deliberadas, as informações que são processadas inconscientemente desencadearão reações reflexas e automáticas, sem a possibilidade de flexibilidade e adaptação às situações novas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, indicamos, mais a título de exemplificação do que uma complexa análise, que o inconsciente é um conceito que perpassa, de forma bastante intensa, pelo menos os últimos 300 anos do conhecimento ocidental. Mas isso de longe significa que se trata de um tema esgotado: desde as ciências cognitivista até os estudos mais recentes da neuropsicologia, passando também pela psicologia social e por outras áreas do conhecimento e atuação do psicólogo, as investigações psicológicas têm cada vez mais demonstrado que não podemos abster-nos desse conceito para explicar a complexidade do fenômeno humano, e que as explicações psicanalíticas dadas a esse conceito são insuficientes.

Esperamos, com este artigo, ter contribuído para a desmistificação de que um conceito pertence exclusivamente a uma teoria, que detém a palavra final sobre todas as suas determinações; particularmente, a história do inconsciente é muito anterior e mais vasta do que a história da Psicanálise e, portanto, igualar os dois é o mesmo que ignorar uma série de contribuições e avanços de outras áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALZATE, A. M. El inconsciente desde la perspectiva cognitiva: construcción del concepto. *Revista Electrónica Psyconex: Psicología, Psicanálise y conexiones*, Medellín, Colombia, v. 4, n. 6, 2012. Disponível em: <<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/Psyconex/article/view/18019/15508>>. Acesso em: 21 maio 2015.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia e História: uma relação possível ou Psicologia e História: uma relação necessária? *Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO)*, Belo Horizonte, ano IV, n. 7, p. 30-6, set. 1989.

ASSIS, M. O cômico, ou metafísica do Estilo. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Publicado originalmente em 1885.

BASSIN, F. V. *O problema do inconsciente: as formas não conscientes de atividade nervosa superior*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

BAKHTIN, M. *O freudismo: um esboço crítico*. São Paulo: Perspectiva, 2009. Publicado originalmente em 1927.

FROUFE, M.; SIERRA, B.; RUIZ, M. A. El 'inconsciente cognitivo' em la Psicología Científica del S XXI. *Extensión Digital - Revista de la Secretaría de Extensión*

Universitaria | Facultad de Psicología, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://extensiondigital.fpsico.unr.edu.ar/files/froufe-sierra-ruiz-ed-n9-2009.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2015.

HEGEL, G. W. F. *A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001. Publicado originalmente em 1837.

FREITAS JUNIOR, O. *Pavlov – vida e obra*. São Paulo: Carioca, 1966.

KANT, I. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. São Paulo: Iluminuras, 2006. Publicado originalmente em 1798.

LEIBNIZ, G. W. *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Publicado originalmente em 1765. (Coleção Os pensadores).

LOUREIRO, I. R. B. *O carvalho e o pinheiro: Freud e o estilo romântico*. 2000. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2000.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como Vontade e como Representação*. São Paulo: UNESP, 2005. Publicado originalmente em 1819.

VIGOTSKI, L. S. A psique, a consciência, o inconsciente. In: VIGOTSKI, L. S. *Teoria e método em Psicologia*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Publicado originalmente em 1930.

_____. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Publicado originalmente em 1934.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.